

Ano XX nº 5963 – 02 de janeiro de 2019

Empresários querem fim da Justiça do Trabalho

Após a confirmação de que o governo Jair Bolsonaro vai extinguir o Ministério do Trabalho, o empresariado não se deu por satisfeito e defende agora o fim da Justiça do Trabalho.

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) divulgou nota defendendo a única instância jurídica em que o trabalhador ainda consegue resgatar seus direitos negados pelos patrões. A CNT pediu para o presidente eleito da República avalie extinguir o Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Para o presidente da CNT, Clésio Andrade, alega que a esfera judicial responsável por julgar processos trabalhistas no País tem gerado "insegurança jurídica", em outras palavras, garante os direitos do empregado e impede que o empregador cometa irregularidades em relação à Legislação Trabalhista. Ele defendeu que as atribuições do TST sejam repassadas ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, segundo Andrade, "tem uma visão mais ampla da sociedade brasileira".

O que o empresariado chama de "visão mais ampla da sociedade" nada mais é do que uma tendência histórica do STJ de decidir muito mais de acordo com os interesses do capital do que baseado nos direitos do trabalhador.



Bancos lucram mais de R\$ 60 bi

Os principais bancos em atividade no país tiveram lucro líquido de mais de R\$ 60 bilhões entre janeiro e setembro do ano passado. A fortuna foi obtida justamente quando outros setores ainda sentem os reflexos da recessão econômica e os trabalhadores são esfolados com a política de austeridade imposta pelo neoliberalismo.

O mar de prosperidade do sistema financeiro não tem fim, conforme mostra o balanço das empresas. Em apenas nove meses, o lucro líquido do Itaú - maior banco privado do país - bateu na casa dos R\$ 19,24 bilhões. Outro gigante do setor, o Bradesco, também segue bem. No período, colocou nos cofres R\$ 15,73 bilhões.

O Santander não fica atrás, com balanço parcial de R\$ 8,28 bilhões. BB e Caixa fecharam os nove primeiros meses com lucro de R\$ 9,47 bilhões e R\$ 11,45 bilhões, respectivamente. Mesmo com tanta bonança, os bancos continuam cortando milhares de postos de trabalho para aumentar ainda mais o ganho fácil por meio da exploração de bancários e clientes. Até os públicos, que têm um papel social a cumprir, seguem o mesmo caminho.

RJ sanciona lei que acaba com vistoria de veículos no Detran



O governador em exercício do Rio, Francisco Dornelles, sancionou na quinta-feira 27/12, a lei que acaba com a vistoria anual de veículos no Detran. A medida foi publicada no Diário Oficial do estado no dia 28/12. O pagamento das taxas (Duda, seguro DPVAT) não foi alterado.

O projeto de lei, dos deputados Luiz Paulo (PSDB), Zaqueu Teixeira (PSD) e Gilberto Palmares (PT), foi aprovado pela Assembleia Legislativa (Alerj) no dia 14 de dezembro.

De acordo com a lei, os proprietários de veículos farão uma autodeclaração de "conformidade quanto à segurança veicular e ambiental" dos automóveis.

Pelo site do Detran, o condutor informará que o veículo tem perfeitas condições de circular. Em caso de informação "inverídica", a lei prevê que o proprietário seja responsabilizado civil e criminalmente.

Está mantida a exigência de recolhimento do Documento Único do Detran de Arrecadação (Duda), referente ao licenciamento anual, da taxa para emissão do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) e do seguro obrigatório (DPVAT).

A vistoria continua sendo obrigatória para veículos de transporte escolar, de carga e de transporte coletivo de passageiros.